



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho 6ª Região - RECIFE

Rua Conselheiro Portela, n.º 531, Afritos, RECIFE/PE, CEP 52020-041 - Fone (81)2101-3200 - Fax (81)2101-3200

**OFÍCIO MPT/PRT 6ª/GAB.AFEG Nº 30353.2024**

Recife, 21 de março de 2024.

**PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 000507.2024.06.000/6**

**NOTICIANTE: ANÔNIMO(A), SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO, SOB SIGILO**

**INVESTIGADO(A): ALUMINI ENGANHARIA S.A. - E RECUPERACAO JUDICIAL**

**OBJETO: TEMAS: 09. - TEMAS GERAIS, 09.07. - EXTINÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E PAGAMENTOS RESPECTIVOS, 09.07.01. - Atraso ou não pagamento das verbas rescisórias, 09.07.04. - Outras hipóteses (campo de especificação obrigatória), Especificação: Multas processuais desde 2014, relacionadas ao processo em andamento., 09.18. - OUTROS TEMAS (campo de especificação obrigatória), Especificação: Travar o dinheiro dos trabalhadores que já ganharam a causa na justiça.**

Ao representante legal do

**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Estrada, Pavimentação e Obras Terraplanagem em Geral do Estado de Pernambuco - SINTEPAV-PE**

Rua General Vargas, nº 687

50670-430 Recife/PE

### NOTIFICAÇÃO

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Procurador(a) do Trabalho Dr(a). **Adriana Freitas Evangelista Gondim**, com fulcro no artigo 8º, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 75/93, fica Vossa Senhoria notificada para comparecer à sede desta Procuradoria Regional do Trabalho, na data abaixo designada, a fim de participar de audiência relativa ao procedimento investigatório identificado em epígrafe, na condição de sindicato autor da ação trabalhista 0001413-79.2014.5.06.0191. Encaminha-se despacho e denúncia anexa para ciência.

**DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 14 de maio às 14:40 de 2024 (terça-feira).**

As informações e documentos requisitados deverão ser apresentados por meio do serviço de peticionamento eletrônico do MPT, acessível, via internet, no portal <http://www.prt6.mpt.mp.br/>.

Adverte-se que, nos termos da legislação em vigor, a falta ou o retardamento injustificado do cumprimento das requisições emanadas do Ministério Público implicam

responsabilidade (inclusive criminal) de quem lhe der causa.

**Leila de Fátima dos Santos Miranda**  
Técnica Administrativa